

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RAMÉL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Calote como modelo de negócios



Governo Lula anuncia renegociação de dívidas estaduais que tem tudo para dar errado. Frouxidão das contrapartidas é incentivo para governadores ampliarem gastos e descumprirem acordo

O governo Lula da Silva cedeu aos governadores e aceitou renegociar as dívidas dos Estados mais enclacrados do País. Disfarçada com uma roupagem social, a proposta prevê a redução dos juros dos empréstimos àqueles que aceitarem aumentar o número de vagas ofertadas no ensino médio técnico. Os governadores interessados no pendura também poderão abater parte de suas dívidas de outras formas, por meio da entrega de empresas públicas à União.

Parece uma péssima ideia, e é. Qual-

quer renegociação séria deveria beneficiar as duas partes, tanto quem emprestou o dinheiro, que não quer levar um novo calote, quanto quem tomou os recursos, que deseja manter seu nome limpo na praça. Para isso, é fundamental que condições mais favoráveis para o pagamento estejam atreladas a contrapartidas firmes, cujo descumprimento deve implicar imediata execução da dívida.

Nada, no processo atual, inspira confiança de que dessa vez será diferente. O Executivo não demonstra qualquer preocupação em receber os recursos, e

o histórico de alguns Estados permitiria incluí-los na lista dos chamados devedores contumazes, que fazem da inadimplência um verdadeiro modelo de negócios, muitas vezes com o apoio do Judiciário.

Os Estados devem quase R\$ 750 bilhões à União. Se o número impressiona, o que mais chama a atenção é que não são os mais pobres os responsáveis pela maior parte da dívida. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul respondem por nada menos que 90% desse volume.

O fato de o problema não ser algo generalizado justificaria a adoção de acordos firmados diretamente entre o governo federal e os Estados em dificuldades, que levassem em conta as condições específicas de cada um deles para pagar os empréstimos – e não uma renegociação coletiva como o Executivo propôs.

É impossível não lembrar das experiências anteriores. Na maior delas, em 1997, o governo Fernando Henrique Cardoso assumiu as dívidas regionais para impedir que os Estados continuassem a financiar seus gastos por meio de seus bancos. Em troca, os Estados se comprometeram a privatizar suas instituições financeiras e distribuidoras de energia.

Aprovada no ano 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) consolidou esse processo ao impor travas aos gastos com pessoal e restrições que limitavam a expansão do endividamento dos entes federativos. Quem descumpria as contrapartidas deixava de receber repasses da União. Foi o caso mais bem-sucedido da história recente, mas tampouco esteve isento de erros.

À época, alguns Estados do Norte e do Nordeste não conseguiram vender suas distribuidoras dentro do prazo estabelecido. A União decidiu, então, assumir as empresas até estruturar uma nova tentativa de privatização. Era para ser algo temporário, mas durou 20 anos e gerou um prejuízo de mais de R\$ 20 bilhões à Eletrobras. Diante desse exemplo, é estarrecedor que o governo volte a cogitar a ideia de aceitar estatais para amortizar dívidas.

As administrações petistas de Lula e Dilma Rousseff só acentuaram os problemas que já existiam ao incentivar o endividamento dos Estados. Mesmo aqueles com baixa capacidade de pagamento foram alcançados, a pretexto de incentivar investimentos públicos, mas os governadores beneficiados usaram o dinheiro para autorizar concursos públicos e conceder reajustes salariais.

Novas renegociações foram necessárias durante os governos Michel Temer e Jair Bolsonaro. Foi quando o Rio de Janeiro se superou. Vendeu a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), como o acordo estabelecia, mas embolsou todo o dinheiro sem pagar o que devia à União, deixando o governo federal a ver navios.

A expansão do ensino médio técnico é o que supostamente justifica a mais nova renegociação das dívidas estaduais. Fica difícil acreditar nisso quando aquele que supostamente seria o maior interessado nesse acordo, o ministro da Educação, Camilo Santana, não estava na reunião com os governadores. Sua ausência fala por si: nem é preciso fazer curso técnico para saber quem vai pagar essa conta.●

E o Hamas venceu

O grupo terrorista que trucidou israelenses inocentes e usa crianças palestinas como escudos ganhou a guerra pela opinião pública e agora mina até a sólida relação dos EUA com Israel

Por mais difícil que seja, na prática, conciliar o direito de defesa de Israel e os direitos humanos dos palestinos, os dois objetivos – maximizar a destruição militar e política do Hamas e minimizar a desgraça dos civis – não só são, em tese, compatíveis, como são indispensáveis. Aniquilar o Hamas fazendo de Gaza terra arrasada só aprofundará o caos que vomitará mais ressentimento, radicalismo e violência. Poupar os civis poupando o Hamas é um convite a mais agressões a Israel e opressão aos palestinos. Em ambos os casos o caminho para uma coexistência pacífica e próspera entre os dois povos será obliterado.

Israel começou a guerra com a solidariedade internacional e um consenso sobre seu direito de defesa. Em pou-

quíssimo tempo – horas até, em alguns casos – o 7 de Outubro foi esquecido e consolidou-se outro consenso: o de que a reação de Israel é “desproporcional”. Hoje Israel está isolado, e para grande parte da opinião pública global sua guerra é indefensável.

A recente resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre Gaza é paradigmática. É um sinal da disfuncionalidade da ONU que a resolução não tenha condicionado o cessar-fogo à libertação dos reféns; é um sinal de sua infâmia que não tenha condenado o Hamas; é um sinal do isolamento de Israel que seu principal aliado, os EUA, tenha retirado sua tradicional sustentação diplomática, abstendo-se. Israel vence batalhas militares, mas o Hamas vence a guerra política.

Um triunfo do Hamas, contudo, não

será apenas o fracasso de Israel, mas do mundo e dos próprios palestinos. Ansioso por deter Israel, o mundo abandona a questão crucial: como derrotar um regime totalitário que oprime seu povo e quer exterminar os judeus e, no limite, subjugar todos os povos ao islã? Os dois objetivos – maximizar os danos ao Hamas e minimizar os danos aos palestinos – se mantêm indispensáveis, mas, em nome da paz e da prosperidade dos palestinos, o último eclipsou o primeiro, ameaçando a paz e a prosperidade de todos, incluindo os palestinos. Em nome de uma paz instantânea, mas ilusória, porque insustentável sem a justiça, o mundo está exercitando sua força para impedir Israel de vencer batalhas militares, quando deveria pressioná-lo a corrigir os rumos e vencer a batalha política.

Esta não é uma guerra convencional. O Hamas não quer simplesmente ser deixado em paz em Gaza. O grupo terrorista (e seu mandatário, o Irã) quer aniquilar Israel e para isso precisa excitar o ódio nos muçulmanos e a ojeriza no mundo contra os israelenses. Se o Hamas se preocupasse com a paz e a prosperidade dos palestinos, teria perseguido a solução de dois Estados. Se se preocupasse em proteger os civis, batalharia nas linhas de frente. Mas o Hamas torpedeou os Acordos de Oslo, desviou os recursos de Gaza para construir túneis e bases militares sob hospi-

tais e escolas e usa a população não só como escudo, mas como camuflagem e munição humanas para sacrificar o máximo de civis. A morte de cada civil é atroz, mas nas condições desta guerra não só urbana, mas subterrânea e traiçoeira, a proporção de 1 soldado para 1,3 a 2 civis não é uma atrocidade de Israel, muito menos genocídio.

O verdadeiro crime de Israel não está na ação de seu Exército, mas na recusa do governo em prover suporte humanitário adequado, abrigo para os civis refugiados e ordem nos territórios ocupados, além de uma estratégia política e um canal de interlocução com os palestinos pacíficos, os árabes e todos que buscam reconstruir a Palestina e garantir a coexistência pacífica e próspera dos dois povos. A meta dos amigos da paz e da justiça deveria ser chamar os israelenses à razão e pressionar seu governo rumo a esses objetivos.

Israel deveria pensar o seu futuro como os israelitas que, segundo o livro bíblico de Neemias, reconstruíram sua nação após o exílio da Babilônia: com uma espada em uma mão (contra o Hamas) e uma pá na outra (junto com os palestinos). É verdade que, sob risco existencial, Israel abandonou a pá e tomou a espada com as duas mãos. Mas atar as mãos de Israel sem abater o Hamas não trará mais paz, prosperidade e justiça. Só mais violência, miséria e iniquidade.●